Suffragium
Revista do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
TRE-CE

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA SUL-AMERICANA: DILEMAS DA GOVERNABILIDADE EM GOVERNOS PROGRESSISTAS

SOUTH AMERICAN REPRESENTATIVE DEMOCRACY: GOVERNABILITY DILEMMA IN PROGRESSIVE GOVERNMENTS

José Gilberto Biserra Maia
Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Professor (Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará).
gmaia8@hotmail.com

RESUMO: Este estudo analisa os desafios da governabilidade em governos progressistas na democracia representativa do Peru, Chile, Colômbia e Brasil. É uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter exploratório que possibilitou analisar de forma mais profunda as interações e fatores que influenciam a governabilidade e a cidadania nos referidos países. Foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, documental e reportagens em mídias digitais que cobrem e refletem a região latino-americana. Parte-se da compreensão que as formalidades eleitorais, instituintes da representação política, têm sido insuficientes para atender às demandas da sociedade. Uma realidade que tem levado à apatia do cidadão diante da política e a escolhas eleitorais contraditórias para seus interesses, observadas nas composições dos poderes legislativos dos respectivos países, desconectadas do projeto político do poder executivo vitorioso nas urnas. Nesse cenário, a democracia representativa mostra-se insatisfatória para o desenvolvimento da cidadania como potência política, entrava a governabilidade, coloca em risco o projeto progressista representados pelos governos eleitos, fragiliza a expectativa de uma América Latina mais justa, equitativa e participativa.
PALAVRAS-CHAVE: Democracia Representativa. Cidadania. Eleições. Governabilidade. América Latina.

ABSTRACT: This study analyzes the challenges of governability in progressive governments in the representative democracy of Peru, Chile, Colombia and Brazil. It is a qualitative and exploratory research that made it possible to analyze in more depth the interactions and factors that influence governance and citizenship in the countries. It was developed through bibliographical and documentary research and reports in digital media that cover and reflect the Latin American region. It starts with the understanding that electoral formalities, which establish political representation, have been insufficient to meet society's demands. A reality that has led to citizen apathy towards politics and electoral choices contradictory to their interests, observed in the compositions of the legislative powers of the respective countries, disconnected from the political project of the victorious executive power at the polls. In this scenario, representative democracy proves to be unsatisfactory for the development of citizenship as a political power, hinders governability, puts at risk the progressive project represented by elected governments, and weakens the expectation of a fairer, more equitable and participatory Latin America.
KEYWORDS: Representative Democracy. Citizenship. Elections. Governability. Latin America.

1 INTRODUÇÃO

Têm sido recorrentes avaliações de uma crescente recessão democrática na América Latina. Entre fatores para esse fenômeno: a crise econômica que aumenta desigualdades e eleva a injusta distribuição da riqueza, as deficiências de bens públicos que não atendem a população, a corrupção, os personalismos, bem como a falta de capacidade dos governos de atenderem as demandas por políticas públicas.

Pela pesquisa do Latinobarómetro (2023)[1], apenas 48% dos entrevistados apoiam a democracia na América Latina. O Uruguai o país a obter o maior percentual de apoio popular, alcançando 70% enquanto, Chile (58%), Peru (50%), Colômbia (48%) e Brasil (46%) demonstraram percentuais ainda menores.

Já 69% dos latino-americanos sem mostram insatisfeitos com a democracia. Entre os quatro países escolhidos para este estudo, os mais descontentes são os peruanos (91%), seguido dos colombianos (80%), chilenos (70%) e brasileiros (66%). Além disso, 17% dos entrevistados defendem um regime autoritário em alguma circunstância. No Peru chega a 17%, seguidos por Chile (16%), Colômbia (14%) e Brasil (13%).

No entanto, o percentual de latino-americanos para quem tanto faz um regime democrático ou autoritário chegou a 28% na região. Na Colômbia esse percentual foi de 32%, seguidos do Brasil (30%), Peru (27%) e Chile (23%).

Como a eleição é o principal meio de explicitação da cidadania no modelo de representação, o partido político é essencial para candidaturas a cargos representativos. No entanto, apenas 21% dos entrevistados afirmam existir o bom funcionamento dos partidos políticos na região. No Brasil se constatou o maior percentual (27%), seguido do Chile (18%), Colômbia (13%) e Peru (9%).

Destaca-se ainda que, entre os entrevistados, 44% entendem que pode haver democracia sem partidos políticos. Essa visão no Brasil chegou a 44% dos entrevistados, enquanto no Chile (37%), Colômbia (34%) e Peru (40%) os percentuais são próximos, variando próximo a metade dos entrevistados.

Para 48% o funcionamento da democracia independe de partidos políticos. Na Colômbia (60%), Peru (54%), Brasil (45%) e Chile (43%) os percentuais foram elevados também sobre esse item do levantamento.

Em 2020[2], 30,6% dos latino-americanos viam o poder executivo (governo) como o mais importante em seus países, enquanto apenas 6,6% percebiam significância no parlamento. Entre colombianos essa percepção era de 31,2%, seguido de 24,6% peruanos, 19,5% brasileiros e 11,9% chilenos. Os que percebiam importância do parlamento na região não chegou a 15%. Ou seja: 13,7% de peruanos, 12,3% de brasileiros, 6,6% de colombianos e 1,4% de chilenos.

1 Informe Latinobarómetro 2023. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/lat.jsp. Acesso em: 30 jul. 2023.
2 LATINOBARÓMETRO. Opinión pública latinoamericana, 2020. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp. Acesso em: 15 abr. 2023.

Embora a maioria diga que defende o sistema democrático, o olhar dos cidadãos denota certa descrença com a democracia e desconfiança com a representação parlamentar. Além disso, é preocupante que um percentual significativo não enxergue diferenças em relação aos regimes autoritários e em alguma circunstância justifique sua existência.

Esse comportamento mostra a desconexão do cidadão com seu papel de sujeito histórico, além do desprezo pelos partidos e parlamentos. Como resultado, observam-se as escolhas discrepantes entre os que representam o poder executivo e os componentes do parlamento nessas sociedades. A transferência de responsabilidades para os escolhidos nas urnas retira do cidadão o protagonismo nas decisões políticas dos representantes, que, na maioria dos casos, parecem atuar desconsiderando o bem comum. Tal incompreensão política boicota a possibilidade de transformação social proposta na campanha eleitoral.

O termo democracia tem sido referência nos discursos políticos, tanto conservadores quanto progressistas e extremistas de direita, seja no mundo, na América Latina e no Brasil. Essa recorrência aponta a banalização do uso e desconhecimento de seu significado. A sua operacionalização se mostra desconectada do conhecimento histórico-teórico e de como funciona a representação no continente latino-americano.

A escolha dos representantes para compor os poderes executivo e legislativos nas esferas municipais, estaduais e nacional por meio do voto expressa o ápice da representação no modelo moderno de democracia. Assim, a cidadania se efetiva basicamente pelo ato de votar.

No Brasil ocorrem eleições a cada dois anos: escolhe-se num pleito o presidente, governadores, deputados estaduais, federais, senadores e dois anos depois vem a escolha de prefeitos e vereadores. A eleição para o poder legislativo no Chile e Peru se assemelha ao Brasil, enquanto na Colômbia os parlamentares são escolhidos dois meses antes da eleição presidencial.

Nesse horizonte, a cidadania se encerra no momento do voto, e, como consequência, ocorre a fragilização do modelo representativo, que tem levado a um tipo de cidadania limitada (Carvalho, 2013; González Casanova, 2007; Miguel, 2017), constituindo-se um dos elementos que embarreira a garantia da governabilidade (Abu-El-Haj, 2013; Avalle, 2023; Mátar, 2021; Rojas Aravena, 2004).

Entretanto, o modelo de representação tem se caracterizado como a modernização democrática em comparação com a forma direta dos antigos gregos e inviável nos tempos atuais (Bobbio, 2000). Assim, a política institucional tem sido expressa nos debates, nas negociações e nos acordos para se tentar equacionar as pendências e demandas entres os diversos grupos de interesses, em nome de interesses comuns.

Segundo Robert Dahl, a participação efetiva, a igualdade de oportunidades para expressar opiniões políticas, a paridade de voto, o acesso a informações e alternativas políticas como princípio de igualdade entre cidadãos são alguns critérios que definem um país democrático.

Portanto, por tais critérios não existem países com governos plenamente democráticos. Além do mais, um regime democrático pressupõe que os cidadãos tenham direitos políticos e sociais sem os quais não seria possível o exercício da democracia (Dahl, 2016).

Ao se levar em consideração que a democracia pressupõe "poder do povo", portanto, soberania popular, alguns resultados eleitorais no continente latino-americano não têm corroborado com essa conceituação. Em países como Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016), Bolívia (2019) e Peru (2022), a vontade popular expressada nas urnas foi revertida por golpes de Estado.

Além disso, outras práticas negam a soberania do voto, como a atuação parlamentar que empareda governantes sem maioria parlamentar, impedindo uma tranquila governabilidade. Tratam-se, portanto, de eventos que evidenciam o quão frágil tem sido o modelo democrático de representação e quão limitada se apresenta a cidadania no continente.

Corre-se o risco de compreensões genéricas e falhas ao se refletir historicamente processos em curso. Mesmo assim, é relevante analisar a operacionalização do modelo de representação em quatro países[3] dos que contam com governantes progressistas vitoriosos nos pleitos eleitorais em 2021 (Peru e Chile) e 2022 (Colômbia e Brasil).

Esse estudo tem como centralidade a cidadania, a participação nos pleitos eleitorais e a construção da governabilidade. Busca refletir alguns obstáculos que enfrentam esses governos, sem maiorias parlamentares no legislativo para uma gestão eficiente.

A governabilidade democrática no continente está em causa, de forma muito mais emblemática nos países governados por partidos políticos ou coligações progressistas, diante das transformações dos modelos instituídos e nos comportamentos coletivos advindos da estagnação econômica e social (Bitar, Mátar, Medina, 2021).

Parte-se, portanto, da compreensão que as formalidades eleitorais, instituinte da representação política, têm se mostrado insuficiente para atender as demandas da sociedade. Isso tem levado a apatia do cidadão diante da política e a escolhas eleitorais contraditórias para seus interesses, observadas nas composições dos poderes legislativos dos respectivos países, desconectadas do projeto político executivo vitorioso nas urnas.

Além dessa introdução e das considerações finais, esse estudo está dividido em três seções. A primeira faz uma breve abordagem histórica-teórica acerca da democracia representativa, cidadania e governabilidade. A segunda apresenta a participação popular e os resultados das últimas eleições no Peru, Chile, Colômbia e Brasil. Na terceira reflete-se a relação do executivo e legislativo, com vistas a garantida da governabilidade.

Por fim, percebe-se, todavia, que o cenário representativo desconsidera a cidadania como potência política, entrava a governabilidade, coloca em risco o projeto progressista, fragilizando a expectativa de uma América Latina mais justa, equitativa e participativa.

2 CIDADANIA E GOVERNABILIDADE NO MODELO REPRESENTATIVO

O Estado que se formou na América Latina na primeira metade do século XIX, após os movimentos independentistas, manteve as velhas estruturas do capitalismo colonial repressivo.

3 Enquanto no Brasil é permitido a reeleição consecutiva, na Colômbia foi proibida em 2015. No Chile e Peru pode ocorrer não consecutivamente.

Estabeleceu-se, portanto, sistemas democráticos formais e rígidos com reduzidos direitos soberanos do povo, bem como limitados espaços mínimos do sistema representativo. Mesmo com a substituição do voto censitário (baseado na renda do cidadão) pelo voto universal, o cenário de exclusão e limitação não foi superado (González Casanova, 2007).

Para esse autor, a democracia representativa levou a perda de consciência em relação a lógica do poder, ao mesmo tempo em que as instituições democráticas tenderam ao isolamento em uma arena meramente política.

No modelo liberal de democracia representativa os processos eleitorais são os principais exemplos do exercício da cidadania e apontam para produção de minorias governantes, ou seja, identificam as pessoas que podem, de forma legítima, tomar decisões em nome das outras. Desse modo, as eleições podem ser vistas como o momento privilegiado de manifestação da vontade popular (Miguel, 2017).

Em vista disso, "[...] os vitoriosos nas eleições são governantes legítimos porque foram escolhidos de acordo com as regras estabelecidas, mas as próprias regras são consideradas legítimas porque, supõe-se, elas permitem a expressão da vontade majoritária [...]" (Miguel, 2017, p. 21).

As eleições por si só não garantem o fortalecimento e robustez da democracia. Mesmo que a maioria dos países realizem eleições regulares não significa que sejam democracias fortes e pujantes. Apesar disso, as democracias morrem lentamente e por dentro das instituições, pois "[...] muitos esforços do governo para subverter a democracia são 'legais', no sentido de que são aprovados pelo legislativo ou aceito pelos tribunais [...]" (Levitski; Ziblatt, 2018, p. 19).

Nesse cenário, os extremistas populares aparecem com viabilidade política e combatê-los requer muita coragem. Isso pelo fato de que, "[...] quando o medo, oportunismo ou erros de cálculo levam partidos estabelecidos a trazerem extremistas para as correntes dominantes, a democracia está em perigo" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 19-20).

De tal forma que o enfraquecimento das normas democráticas está sedimentado na extrema e sectária polarização, como explicam Levitsky e Ziblatt (2018, p. 22): "[...] uma polarização que se estende além das diferenças políticas e adentra em conflitos de raça e cultura [...]".

Todavia, cabe aos cidadãos a tarefa de salvaguardar a democracia porque ela é um empreendimento compartilhado. As lideranças políticas não podem sozinhas acabar tampouco resgatar a democracia e seu destino depende de cada cidadão (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Avritzer (2016) elenca as pautas da corrupção e aumento da violência; a ruptura conjuntural da classe média com os valores democráticos e o divórcio entre a opinião pública e os eleitores como fatores que justificam a queda na aprovação democrática no Brasil. Para ele, a nova direita no país se mostra cada vez mais intolerante, conservadora, sem acanhamento de assumir a pauta abertamente antidemocrática, a interferência política dos movimentos religiosos no Estado e o retorno da ditadura militar.

De tal forma que ele aponta as fragilidades do presidencialismo de coalizão e denuncia de forma contundente o Poder Legislativo e sua composição cada vez mais conservadora a partir de

2014. O retorno ao progressismo social, que marcou a democracia brasileira nas últimas décadas, principalmente a movimentação social à classe média, poderia se estabelecer como um bloqueio ao processo contínuo de recessão democrática (Avritzer, 2016).

Na visão democrática de Bonavides (2003), a vontade soberana do povo deve prevalecer como poder legítimo. Trata-se de uma concepção de democracia ligado ao conceito de soberania popular. Nesse sentido, Bonavides defende a democracia participativa para consagrar os princípios da liberdade e da igualdade, e, assim, levar a um Estado democrático-participativo, tendo sua legitimidade assentado no poder do povo.

Todavia, Bonavides (2003, p. 205), chama atenção para as omissões de uma "[...] falsa elite representativa, cúmplice silenciosa dos atos que destroem a democracia e o regime [...]". A saída, portanto, adviria da democracia participativa, desenvolvida com luta e resistência, pois, "[...] a Nação vive e sobrevive e mantém intacta a consciência de seus valores com os quais há de forjar as armas do confronto" (Bonavides, 2003, p. 205).

Ao se mencionar o termo cidadania, vêm em mente as definições de direitos propostas por Thomas Marshall (1967), na Inglaterra entre os séculos XVIII e XX: os direitos civis, políticos e sociais, que José Murilo de Carvalho (2013), destaca que no Brasil a caminhada rumo a cidadania se deu de forma inversa: primeiro vieram os direitos sociais, seguidos dos direitos civis e por fim os direitos políticos.

Entretanto, o voto, como expressão maior dos direitos políticos, tem sido exercido sem consciência do seu valor. Isso pelo fato de muitas escolhas conflitantes entre representantes para o Executivo e para o Poder Legislativo.

Em vista disso, para constituir o governo e executar as políticas públicas necessárias, ou algumas promessas de campanha, os vitoriosos nas urnas se utilizam dos argumentos que precisam das composições políticas para formação de maiorias parlamentares, uma vez que nem sempre as coligações realizadas para disputa eleitoral são suficientes para garantia da governabilidade.

Nessa perspectiva, a governabilidade protagoniza as relações políticas como regras do jogo na democracia representativa. Assim, Abu-El-Haj (2013) compreende essas relações que subjazem a política contemporânea como o modelo praticado de forma recorrente entre o partido governista e os partidários de sustentação política, independentemente da cor ideológica.

Dimensão em que a governabilidade pode ser entendida como uma síntese programática de diversos partidos em torno de princípios político e administrativos que na conjuntura recente é substituída pelo ecletismo político, configurando-se a junção de partidos com programas e visões do mundo diferentes e frequentemente conflitantes no mesmo governo, causando uma inconsistência nos planos, objetivos e ações do setor público. Prática essa em que os interesses imediatos e pessoais dos líderes partidários predominam nas nomeações políticas dos cargos de direção se tornando uma espécie de vício que se espraia de forma generalizada por entre os entes federativos (União, governos estaduais e municipais) (Abu-El-Haj, 2013).

Diante do que se constitui uma "governabilidade viciosa", esse autor apresenta duas repercussões negativas na vida política: "(...) a perda de eficácia política (perda do entusiasmo participativo do cidadão, pela vida pública) e o desaparecimento de uma oposição programática, debates políticos e alternativas governamentais" (Abu-El-Haj, 2013, p. 48).

Na perspectiva de Avritzer (2019) a relação entre elementos democráticos e antidemocráticos, tem levado de forme institucional ao instável modelo de democracia no Brasil. Portanto, uma tendência pendular entre democracia e autoritarismo, como um direcionamento histórico das elites e das massas.

Assim, a crise política no Brasil, sobretudo, a partir de 2013, tem sido interpretado por Avritzer (2019) por um viés institucional, por conta do sistema econômico marcado pelos privilégios políticos; um judiciário arcaico, não modernizado, sem democratização; direitos civis generalistas, sem substância e o impedimento resultante das estruturas policiais e militares.

A regressão da democracia no Brasil advém do processo de ausência do consenso em relação a modelo democrático; a existência de elementos autoritários levados a cabo pelas elites e instituições como o Judiciário e Forças Armadas; a ausência de um padrão de direitos e de não violência, recorrente na sociedade brasileira (Avritzer, 2019).

Nas percepções de Avalle (2023), a governabilidade se refere a capacidade do governo para instalar um projeto político, montar alianças e articulações entre os diferentes atores sociais e políticos com vistas a superar institucionalmente os conflitos existentes. No entanto, para que as premissas desse autor se tornem realidade, sem traumas, dificuldades e possibilidade de não aviltamento do projeto político vitorioso nas urnas, as composições nas casas parlamentares precisam ser afinadas com o referido projeto.

Na América Latina o problema da governabilidade se centrou historicamente na legitimidade dos governos tendo como eixo a transição dos processos democráticos para num segundo momento, centrar-se na governabilidade dos regimes democráticos (Avalle, 2023).

Todavia, diante das constantes crises sociopolíticas e instabilidades ema alguns desses países, culminou-se com o descontentamento da população com o sistema democrático. Como resultado desse processo se verificou a burocratização e desencanto com a política.

Tendo em vista tal cenário, esse autor estranha que se tenha historicamente priorizado as estratégias de colocar o governo como sujeito e desconsiderado a relação com outros atores para garantir um governo da sociedade.

Mátar (2021) defende a ideia de uma governabilidade democrática como estratégia para um bom governo e a construção de regras para uma democracia em movimento por meio das demandas populares. Para isso, se torna essencial que sejam aperfeiçoados os sistemas eleitorais com garantia de transparência e segurança, além de escutar a sociedade e resolver os problemas. Assim, somente assim, os cidadãos poderiam perceber que o sistema democrático cumpre suas prerrogativas.

Contudo, a qualidade das instituições está relacionada com o tipo de representante e de liderança política que seja capaz de levar a cabo uma democracia plural, inclusiva e transparente que afronte as crises para superar os desafios (Mátar, 2021).

A governabilidade democrática se assenta em pilares como instituições políticas legitimadas, um novo pacto social e um amplo pacto fiscal, reforçados "[...] vía una renovada integración regional, acompañados de arreglos progresivos y la actuación decidida del Estado, las élites y el resto de la sociedad [...]" (Mátar, 2021, p. 23).

3 PROCEDIMENTOS FORMAIS DA REPRESENTAÇÃO

No curso de uma crise política no Peru[4] que se arrasta desde 2016, iniciada no governo de Pedro Paulo Kuczynsky (2016-2018), marcada por instabilidade e repercussão social, tendo continuado nas gestões de Martin Viscarra (2018-2020) e Manuel Merlino (2020), ocorreram as eleições para escolha do presidente e dos 130 representantes do parlamento unicameral em 2021.

As marcas da longa crise (que se manteve no novo governo) têm sido os embates do executivo com o parlamento em virtude da ausência de maioria política para garantia da governabilidade, seguido de polarização da cidadania, descontentamento na população, além do envolvimento governamental com a corrupção[5] e conflitos de interesses (Bubola, Glatsky, 2023; Quispe Mamani, 2021).

No meio político fragmentado se apresentaram dezoito candidatos à presidência com as forças de direita e de esquerda divididas. Conforme a Oficina Nacional de Procesos Electorales (ONPE)[6], estavam aptos ao voto 25.287.254 eleitores e votaram 17.713.716 (70,048%) no primeiro turno, com 2.190.059 (12,364%) de brancos e 1.123.027 (6.340%) de votos nulos. No segundo turno votaram 18.856.802, portanto, 74,565%, tendo 1.108.039 de votos nulos (5,873%) e 121.477 de votos brancos (0,644%). Enquanto 7.774.328 votantes não compareceram no primeiro turno, 6.431.152 decidiram exercer sua cidadania no segundo turno. Ou seja, 1.343.176 eleitores a mais. Além do mais, se percebe uma significativa queda no total de votos brancos e uma sutil retração dos votos nulos.

O candidato de esquerda radical, Pedro Castillo (Peru Libre), surpreendeu e venceu o primeiro turno com 2.724.752 votos (18.921%), tendo Keiko Fujimori, a candidata da extrema-direita, em segundo lugar, com 1.930.762 votos (13.407%). Esses resultados levaram o pleito a ser decidido no segundo turno.

No parlamento as forças progressistas (esquerda e centro-esquerda) chegaram a 42 cadeiras, enquanto as frações conservadoras (direita, centro, extrema-direita) obtiveram 88 cadeiras.

4 No Peru prevalece o sistema de semipresidencialismo em que o presidente, como chefe de Estado, tem a função de nomear/demitir o primeiro-ministro (chefe de governo), cuidar da política externa, chefiar as forças armadas, vetar leis e dissolver o Congresso. Cabe ao primeiro-ministro liderar a formação das políticas públicas, sociais, econômicas e administrar assuntos internos (Martins, 2023). O presidente é eleito para um mandato de cinco anos sem direito a reeleição.

5 Os ex-presidentes Alejandro Toledo, Olanta Humalla, Pedro Paulo Kuczynsky foram presos e Alan Garcia cometeu suicídio em 2019 para evitar a pressão.

6 PERU. Oficina Nacional de Procesos Electorales, 2021. Disponível em: <https://www.gob.pe/onpe>. Acesso em: 15 abr. 2023.

Diante de uma disputa bastante acirrada, Pedro Castillo sagrou-se vitorioso no segundo turno ao obter 8.836.380 votos (50.125%), enquanto Keiko Fujimore conquistou 8.792.111 votos (49.874%), somente 44.263 votos a menos, que significa uma diferença de 0,25% (ONPE, 2021). De modo que a vitória do candidato progressista significava grandes desafios na relação com o parlamento com o governo sem maioria congressual, a exemplo das últimas gestões no país.

Um total de sete candidatos concorreram a presidência[7] do Chile em 2021, após o estalido social de 2019. Nesse pleito foram escolhidos também os representantes do Legislativo: 27 dos 50 senadores e 155 deputados. Conforme o Sevicio Electoral de Chile (SERVEL)[8], decidiram exercer o voto no primeiro turno 7.115.590 eleitores, portanto, 47,34% do total de 14.959.956 eleitores aptos. No segundo turno votaram 8.363.910, ou seja, 55,63% dos eleitores aptos.

O candidato conservador Jose Antonio Kast (Partido Republicano) foi o vencedor do primeiro turno, com 1.961.122 votos (27,91%), indo para o segundo turno com o candidato progressista Gabriel Boric (Convergência Social), que obteve 1.814.809 votos (25,83%).

Nas escolhas legislativas as forças progressistas conquistaram 74 cadeiras (Apruebo Dignidad - 37 e Nuevo Pacto Social - 37) e os conservadores chegaram a 68 cadeiras (Chile Podemos Más - 53 e Frente Social Cristiano - 15) na Assembleia. Além disso, o Partido de la Gente obteve 6 cadeiras, o Partido Humanista - 3, o Partido Verde - 2 e 2 que se declararam independentes. Portanto, direita e esquerda empataram nas suas bancadas.

Das 27 cadeiras do Senado a coligação Chile Podemos Más conquistou 12, Nuevo Pacto Social - 8, Apruebo Dignidad - 4 e o Partido Verde – 3 (CELAG, 2021; Colombo, 2021; Montes, 2021). Assim, a composição do Senado ficou da seguinte forma: Chile Podemos Más - 24, Nuevo Pacto Social 18, Apruebo Dignidad 5, Independientes 2 e a Frente Social Cristiano com um.

No segundo turno, Gabriel Boric conseguiu uma virada histórica ao conquistar 4.620.890 votos (54.871%) enquanto José Antonio Kast chegou a 3.650.088 votos (44.13%). De modo que as forças progressistas passaram a contar com apenas 23 cadeiras no Senado e 74 na Assembleia apontando dificuldades para construção da governabilidade e execução do seu programa de governo.

A Colômbia se constitui outro país sul-americano imerso em uma profunda crise política e social nos últimos anos, com alto índices de pobreza, violência, massacres e manifestações populares exigindo paz e mudanças.

Nesse país, que historicamente teve governos conservadores, despontou como alternativa política o ex-guerrilheiro de esquerda[9], ex-prefeito de Bogotá e senador Gustavo Petro, que se candidatou pela coligação Pacto Histórico[10] para concorrer às eleições presidenciais de 2022.

---

7 Para um mandato de quatro anos sem a possibilidade de reeleição.

8 CHILE. Sevicio Electoral de Chile, 2021. Disponível em: <https://www.servel.cl/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

9 Movimiento 19 de abril (M-19) criado em 1973, ao discordar da esquerda tradicional e defendia uma democracia real na Colômbia, por meio de ações armadas (García-Duran, 2009).

10 Formado em 2021 com a participação de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, como: Colombia Humana, Unión Patriótica, Partido Comunista, Polo Democratica Alternativo, Alianza Democrática amplia, Movimiento Alternativo Indígena y Social, Partido del Trabajo de Colombia Unida, e Todos Somos Colombia.

A escolha dos representantes parlamentares (187 para Câmara de Representantes e 108 Senadores[11]), ocorre dois meses antes da eleição presidencial. De acordo com o Consejo Nacional Electoral (CNE)[12] havia 38.819.901 eleitores aptos a votarem, contudo, 18.636.901 (48%) exerceram seu direito de cidadania. Destes, 1.072.401 votaram em branco e 740.139 anularam o voto.

O Pacto Histórico foi bem votado e conquistou 28 cadeiras na Câmara de Representantes, ficando atrás apenas do Partido Liberal que alcançou 32 cadeiras. No entanto, bem distante do necessário para garantir a governabilidade, uma vez vitorioso nas eleições presidenciais.

Embora o Pacto Histórico tenha conseguido a maior bancada no Senado, com 20 representantes, a exemplo da Câmara, seria insuficiente aprovar projetos e assegurar a governabilidade sem apoios de representantes de partidos opositores.

Como a Colômbia adota o voto facultativo, havia a preocupação com a participação popular na eleição presidencial. Dos 38.819.901 eleitores aptos, votaram 18.153.887 cidadãos no primeiro turno (47%) com 1.71% de votos branco e 1.13% de votos nulos.

Petro obteve 8.527.768 dos votos válidos (40,32%) e o empresário conservador Rodolfo Hernández (Liga Anticorrupción) conquistou 5.595.209 votos (28.15%), ficando a decisão para um segundo turno.

A campanha e votação nesta segunda etapa eleitoral se deu no ambiente tenso, acirrado e bastante disputado. Compareceram às urnas 22.658.694 (58%) eleitores, portanto 4.504.811 votantes a mais do que no primeiro turno. Um total de 501.987 (2.22%) eleitores votaram em branco e 271.667% (1.19%) anularam o voto.

Gustavo Petro sagrou-se vitorioso com 11.281.013 votos (50.44%), contra 10.580.412 votos (47.31%) de Rodolfo Hernández. Uma diferença de apenas 700.601 votos.

Petro assumiu a presidência da Colômbia com uma significativa maioria parlamentar nas duas casas legislativas, respectivamente 111 e 64 representantes, como resultado de intensas negociações com os partidos de oposição.

Além de uma significativa base de apoio, o governo tinha a possibilidade de negociar apoios para projetos específicos com os 25 representantes do Partido Conservador. E tinha aqueles que não se definiam pela situação ou oposição, a depender do que estivesse em jogo.

Nas eleições parlamentares e presidenciais no Brasil em 2022, um total de 156.453.354 cidadãos estavam aptos a escolher o chefe do poder executivo, 27 dos 81 senadores e 513 deputados federais. Os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE[13]) apontaram que no primeiro turno votaram 123.682.372 eleitores (79,05%), enquanto 1.964.779 decidiram pelo branco (1,59%) e 3.487.874 anularam o voto (2,82%).

11 Dessas 108 cadeiras, 5 são destinadas ao Partido Fuerza Alternativa Revolucionaria del Común (FARC), 2 aos indígenas e 1 ocupada pelo segundo colocado nas eleições presidências.

12 COLOMBIA. Consejo Nacional Electoral, 2022. Disponível em: <https://www.cne.gov.co/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

13 BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral, 2022. Disponível em: https://www.tse.jus.br/#/. Acesso em: 15 abr. 2023.

Os partidos conservadores conquistaram a maioria das 27 cadeiras em disputa no Senado, ao obterem 22 cadeiras (PL-8; UB- 5; PP-3; PSD-2; REP-2; MDB-1; PSC-1), com avanço da extrema-direita, sobretudo, representado pelo PL. Enquanto isso, os partidos progressistas elegeram apenas 5 senadores (PT-4 e PSB-1).

De modo que a composição dessa casa na legislatura que teve início em 2023, ficou composta na sua maioria por partidos conservadores, enquanto com as forças de esquerda e centro-esquerda (PT, PDT, PSB, PSOL, REDE) com apenas 13 cadeiras.

Os resultados para a Câmara dos Deputados Federais não foram tão distintos do Senado com as forças conservadoras obtendo resultados mais expressivos, ficando o PL com a maior bancada e o PT com a segunda. As forças de esquerda e centro-esquerda alcançaram apenas 117 cadeiras.

Para eleição presidencial se apresentaram 11 candidatos. A coligação Brasil da Esperança (PT, PCdoB, PV, PSOL, REDE, SD, AVA, AGIR e PROS) indicou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; a coligação Pelo Bem do Brasil (PL, REP e PP) tentou a reeleição do presidente Jair Bolsonaro e a coligação Brasil de Todos (MDB, CID e PSDB) com a senadora Simone Tebet. Os outros candidatos se apresentaram sem coligações partidárias.

O ex-presidente Lula se saiu vitorioso no primeiro turno com 57.259.504 (48.43%) votos e Bolsonaro com 51.072.345 (43.20%). A diferença positiva de 6.187.159 votos alcançada por Lula foi insuficiente para impedir um segundo turno.

Os votantes neste segundo momento eleitoral chegaram a 124.252.796, portanto, 79,41%. De modo que 3.930.765 votaram em branco (3.16%) e 1.769.678 optaram por anular o voto (1.43%).

Nota-se, contudo, que ocorreu uma sutil redução nos índices de abstenção em relação ao primeiro turno, com uma participação de mais 560.981 eleitores. Todavia, houve uma significativa queda nos percentuais de votos nulos, enquanto os índices de voto em branco aumentaram sensivelmente.

Depois de uma campanha acirrada, marcada pela divulgação de desinformações e notícias falsas (fake news) veiculados pala campanha e apoiadores de Bolsonaro, ocorreu as eleições de segundo turno. Com o apoio de candidaturas e partidos derrotados no turno anterior, como parte do PDT do candidato Ciro e do MDB da presidenciável Simone Tebet, Lula venceu a extrema-direita ao conquistar 60.345.999 (50.90%) votos contra 58.206.354 (49.10%) votos do opositor.

Tanto na Câmara quanto no Senado o novo governo Lula, iniciado em janeiro de 2023, contou com o apoio do MDB, PSD, parte do PP, do UB e do PSDB, além de outros partidos menores. Destacavam-se nesse conjunto o apoio das agremiações partidárias identificadas como Centrão[14]: PP, PL e REP (da aliança de Bolsonaro); SD, PROS, PSC, AVA, PAT (da aliança de

[14] Refere-se ao conjunto de parlamentares de partidos que não têm uma definição ideológica clara, mas são na sua maioria de centro e centro-direita, que buscam negociar apoio ao Executivo, em troca de benesses, principalmente cargos na administração pública (ministérios e cargos de segundo escalão). No centrão oficial faz parte o PP, Republicanos, Solidariedade e PTB. No entanto, em certas circunstâncias somam-se o PSD, MDB, PROS, PSC, Avante e Patriotas (Monteiro, 2021).

Lula; PSD, MDB e parte do UB (liberaram os filiados a apoiarem Lula ou Bolsonaro no segundo turno) (Rodrigues; Lima, 2022). Com exceção do PL, os outros partidos se colocavam sempre abertos à negociação.

4 DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DA GOVERNABILIDADE

As dificuldades enfrentadas por Pedro Castillo no Peru começaram na formação do seu ministério, pois nesse país os indicados precisam de aprovação da Assembleia Nacional e alguns nomes indicados foram rechaçados. Em vista disso, o presidente teve que fazer constantes trocas ministeriais como forma de atender o parlamento e obter condições mínimas de governabilidade. Nessas reformas o partido Peru Libre e outras legendas de esquerda perderam espaço.

Assim, em algumas matérias essas forças políticas se posicionaram contra o governo, alegando afastamento do programa político vitorioso nas urnas, diante de medidas consideradas conservadoras, antenadas com a oposição e o programa neoliberal derrotado nas urnas[15] (Mello, 2022).

O fato era que Castillo tinha obstáculos recorrentes para pôr em prática sua agenda política, como a convocação de uma assembleia constituinte com vistas a suplantar a atual Constituição de 1993, que remonta ao período do ditador Alberto Fujimori (1990-2000).

Em um ano e meio de governo Castillo enfrentou três tentativas de *impeachment*. As duas primeiras sob alegação de "incapacidade moral"[16] e na terceira foi acrescido um conjunto de denúncias de corrupção. Nas duas primeiras conseguiu sobreviver, contudo, na terceira, tudo apontava para sua destituição. Assim, ele decidiu tomar uma medida extrema que, embora tivesse previsão constitucional, não tinha os apoios políticos necessários para que prosperasse. Ele decidiu fechar o parlamento, convocar novas eleições e governaria por decreto.

Todavia, essa tentativa não se concretizou em boa medida em função da renúncia de grande parte de seu gabinete, do não reconhecimento das Forças Armadas e das forças policiais. Rapidamente o Parlamento declarou a Presidência vaga, com 101 votos a favor[17] do afastamento do presidente. Em seguida, a vice-presidente, Dina Boluarte[18], assumiu o governo. Castillo foi detido e condenado a 18 meses de prisão preventiva.

Essa ação do presidente "[...] parece haber sido nada descabellada la opción de hacerlo mediante un acto que, de cara a las masas que lo votaron, demostrase valentía, arrojo e integridad, antes que una total claudicación ante el orden oligárquico que domina al Perú" (Orozco, 2022).

15 Essas divergências levaram o presidente a romper e se desfilar do partido em junho de 2022, com a justificativa que se tratava de uma decisão coerente com a sua responsabilidade de presidente dos mais de 33 milhões de peruanos (Mello, 2022).

16 A Constituição peruana estabelece essa figura, no que se constitui uma análise bastante subjetiva do que seria essa "incapacidade moral" e bastante difícil a defesa.

17 Seriam necessários 87 dos 130 votos no Parlamento (dois terços) para destituir o presidente.

18 Filiada ao Peru Libre em 2018, foi expulsa no início de 2022, por conta de suas posições mais conservadoras, que feriam a ideologia do partido.

Na avaliação de Ricardo Orozco, a decisão de Castillo pareceu ser a maneira que encontrou para tentar honrar o mandato popular uma vez que o parlamento não lhe permitia exercer as funções de direção estatal e controle governamental. Além disso, buscava romper o impasse que o Congresso impunha na política nacional.

Nesse sentido, as várias mudanças na presidência do país têm sido resultado da fragmentação política e de uma estrutura institucional que possibilita um poder (Legislativo) anular as prerrogativas do outro (Executivo).

Conforme avalia Rubiños Cea (2023), desde que assumiu o governo do Chile, Gabriel Boric apresentou um conjunto de projetos importantes para o país, seja para fomentar a rede ferroviária ou a área da saúde. Na questão ambiental procurou se inserir na agenda regional contra as mudanças climáticas e na área do trabalho avançou no projeto de jornada de 40 horas semanais. Nas relações exteriores estreitou laços com governos da região e participado dos espaços econômicos globais.

No entanto, devido a relação tensa com o Poder Legislativo, viu a derrota da proposta de Reforma Tributária que propunha modificações no imposto de renda, medidas contra a evasão fiscal, indicações para cobrança de *royalties* para a indústria de mineração e criação de uma tributação para os super-ricos (Viegas, 2023).

Essa reforma era considerada pelo governo um dos pilares fundamentais para avançar nas transformações e ampliação dos direitos sociais e cidadania. Segundo a oposição, tal proposta prejudicava a classe média, os pequenos e médios empresários. No entanto, o resultado negativo na relação Executivo e Legislativo mostrou que a ideologia se impôs sobre o pragmatismo e sobre o diálogo, além de se configurar um prejuízo para o país.

A derrota por dois votos (73 a 71) levou os opositores avaliarem que era um recado para o governo ter mais atenção nas negociações, uma vez que para um governo que não tem maioria: "[...] não se pode tentar convencer somente com as boas ideias de um projeto [...]" (Viegas, 2023).

De modo que o governo Boric tinha como alternativa a elaboração de um pacote de reformas, incluindo a proposta derrotada, associada com a tentativa de articular um grande acordo político que permitisse sua discussão (Rubiños Cea, 2023).

Todavia, diante das debilidades e várias derrotas, Boric adotou uma postura mais conservadora em temas como segurança e migração. Ao mesmo tempo que se aproximou politicamente do centro, tanto para escolha de novos ministros, quanto nas alianças no Congresso (Gonçalves, 2023).

O governo de Gustavo Petro na Colômbia parecia se configurar uma das mais ousadas propostas de governos progressistas na região, sobretudo, pela defesa da "paz total", que passava efetivamente pela necessidade de uma maior integração regional e uma verdadeira transição energética nos territórios (Cadahia; Allen, 2023).

No entanto, para garantir a maioria congressual, Petro teve que fazer alianças com partidos opositores como o Liberal, o Conservador, o De la U e outros menores, para ter condições de aprovar um conjunto de reformas essenciais para o país (tributária, política, educativa e saúde).

A aprovação da reforma tributária pelo Congresso deu luz verde ao governo para de fato começar governar e garantir sua governabilidade. No entanto, em meio aos debates acerca do plano de desenvolvimento econômico, foram retirados os artigos que possibilitavam o governo implementar a reforma agrária no país. Assim, o governo ficou com a alternativa de expropriar terras para cumprir esse ponto do acordo de paz (Cadahia; Allen, 2023; Calderón Castillo; Pascual, 2023).

O governo conseguiu aprovar o Plan Nacional de Desarrollo com 129 votos a favor e 24 contra na Assembleia e 66 votos favoráveis e 21 contrários no Senado. Contudo, foram excluídos os artigos que permitiam o governo incentivar meios comunitários e pequenas empresas de televisão (Calderón Castillo, Pascual, 2023; Galindo, 2023).

Cadahia, Allen (2023) explicam que o modus operandi do liberalismo conservador colombiano tem sido o de ser favorável aos acordos e ao mesmo tempo criar obstáculos para inviabilizar sua concretude.

A reforma do sistema de saúde, com a criação de um sistema público no país contou com a oposição de governistas conservadores, sobretudo, pela proposição de reduzir ao máximo a ingerência privada nessa área. Inclusive com ameaças dos dirigentes do Partido Liberal (base do governo) contra os congressistas que votassem a favor dessa proposta (García Agudelo, 2023).

Tendo em vista essas dificuldades, Petro anunciou o fim da coalizão com os partidos tradicionais, que culminou com a saída de sete ministros, entre eles o da fazenda. Tanto o partido Liberal, o Conservador e de la U, anunciaram o voto contrário a esta e outras reformas em debate (Calderón Castillo; Pascual, 2023).

Em tom de reação, Petro convocou a juventude, os trabalhadores e a população em geral a saírem as ruas em apoio as reformas. Segundo ele, não bastava ganhar eleições, pois as mudanças sociais requeriam uma luta constante. E afirmou: "Não nos deixem sozinhos nestes palácios enormes e frios. Não nos deixem sozinhos perante esses privilegiados. Este é o momento de mudanças e não devemos retroceder" (Forgerini, 2023).

De tal forma que o Congresso passou a votar essa reforma por artigos e em meados de maio de 2023, 85% foi aprovada, com vitória parcial para o governo, ao abrir espaço e possibilidade para a instalação de um sistema público de saúde com o fim das Empresas Prestadoras de Salud (Saavedra, 2023).

Logo após a sua vitória, Lula teve que trabalhar ainda em 2022 junto ao Congresso, através dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arhur Lira (PP)[19], com forte influência no Centrão, e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), para aprovar o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Transição com vistas a garantir recursos para investir em programas sociais que não estavam previstos no orçamento deixado pelo governo Bolsonaro.

19 Esse deputado foi apoiador do governo Bolsonaro, inclusive não acatando os diversos pedidos de *impeachment* do presidente apresentados pela oposição e trabalhou por sua reeleição. Mas de imediato reconheceu a vitória de Lula, se comprometendo trabalhar junto com o novo governo. Lula decidiu apoiar a sua recondução a presidência da casa.

Após uma longa negociação a medida foi aprovada na Câmara dos Deputados com 331 votos favoráveis e 108 contra. No Senado, obteve 63 favoráveis e 11 contra. Com isso, o novo governo passou a dispôs de mais 145 bilhões de reais no orçamento para cumprir promessas na campanha eleitoral (Ventura, Doca, 2022).

No entanto, os desafios para o governo se intensificaram com a posse dos novos congressistas (fevereiro de 2023), de maioria ainda mais conservadora, com percentual significativo de parlamentares extremistas de direita. Na avaliação de Amaral, o Congresso brasileiro que saiu das urnas em 2022, se constitui "[...] um monstrengo, ainda mais reacionário que o antecedente, ainda mais preso, como caça sedenta às tetas do erário" (Amaral, 2023).

Em vista disso, o governo intensificou as negociações com Lira e o Centrão. No entanto, ficou claro as dificuldades do governo com a formação da base legislativa para a primeira grande votação na Câmara dos Deputados acerca do decreto que alterava o novo Marco do Saneamento aprovado no governo anterior. O referido decreto foi negado por 295 votos contra e apenas 136 votos a favor. A expectativa do governo ficou em tentar reverter essa negativa no Senado (Piovesan; Vital, 2023).

Nesse cenário, tramitou no parlamento o Regime Fiscal Sustentável ou Arcabouço fiscal, com vistas a substituir o teto dos gastos que limitava significativamente os investimentos do governo, especialmente nas áreas sociais. Na Câmara Federal o projeto sofreu mudanças importantes para se tornar mais palatável ao "mercado" e, com isso, obteve 372 votos a favor e 108 contra, além de uma abstenção (Rocha, 2023). Destaca-se, todavia, que esse total de votos favoráveis não significou que o governo tenha constituído uma base confiável e sustentável na Câmara dos Deputados.

No Senado Federal a tramitação do projeto ocorreu de forma mais tranquila e recebeu 57 votos favoráveis e 17 contrários. Como sofreu alterações, o projeto retornou para a Câmara com vistas a avaliá-las. Entre as mudanças realizadas pelos senadores figuraram a retirada do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) das novas regras fiscais. Além disso, a ampliação do limite de despesas com ciência, tecnologia, inovação e que as despesas condicionadas no orçamento de 2024 só fossem efetivadas mediante aprovação pelo Congresso Nacional (Vinhal, 2023).

A realidade não se mostrou fácil para o governo quando para aprovar a Medida Provisória (MP) da Esplanada que propunha reconfigurar a estrutura administrativa da gestão, com a recriação de ministérios importantes (Meio Ambiente, Trabalho, Cultura, Indústria e Comércio) e a criação do Ministério dos Povos Indígenas. Na Câmara, a oposição liderada pelos bolsonaristas modificaram a estrutura de ministérios, em especial a do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, no intuito de esvaziá-los. A base governista não conseguiu reverter tais alterações, provocando desgaste e tensão no governo.

Para garantir a votação desta MP, em meio as ameaças de não aprovação e a consequente perda de validade, o governo se viu obrigado a liberar emendas orçamentárias reivindicadas

pelos parlamentares, algo em torno de 1,7 bilhão de reais, beneficiando obras indicadas por congressistas. Assim, a MP foi aprovada com 337 votos, negada por 125 votos e 51 votos entre abstenções e ausências (Behnke, 2023).

Enquanto isso, no Senado, a tramitação e votação desta MP se deu na data limite da perda de sua eficácia, de forma rápida e sem grandes embates. Dos 71 senadores votantes, 51 foram favoráveis, 19 contra e uma abstenção. Nesse processo, contudo, o governo "[...] azeitou a máquina da fisiologia que há décadas funciona como principal motor para um presidente que precisa de apoio no Legislativo" (Fagundes; Soares, 2023).

Essa dinâmica desvelou os percalços a serem trilhados pelo governo Lula para aprovar seus projetos e propostas na Câmara dos Deputados Federais. Isso significou ainda mais o hipertrofiamento da linguagem fisiológica do "toma lá dá cá". No entanto, parecia que no Senado as relações políticas com o Executivo seriam com um pouco mais de tranquilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia liberal expressa pelo sistema de representação não tem conseguido construir minimamente o significado de um "governo do povo para o povo e pelo povo". Isso vem limitando a cidadania.

Mesmo que as pesquisas de opinião em países da América Latina detectem que a maioria dos cidadãos defendem a democracia como melhor sistema político, um percentual significativo não difere entre ela e um regime autoritário, chegando ao ponto de defenderem um governo autoritário em algumas circunstâncias. Isso escancara a dificuldade que a democracia tem de se postar como essencial na vida dos cidadãos e, sobretudo, fazer com que a política seja vista como mecanismo de transformação da sociedade e menos como meio de benesses para um pequeno grupo social.

Contudo, o mal-estar com a política, o distanciamento dos partidos, o abstencionismo e os significativos percentuais de votos brancos e nulos nas eleições constituem expressões visíveis do descontentamento e desencanto com o sistema democrático.

Se por um lado os cidadãos precisam ter as condições objetivas para compreenderem seu papel histórico na sociedade, por outro é fundamental que os governantes representem de fato os representados, sem deixar de render contas de atos e decisões junto a cidadania.

A carência de uma consciência cidadã leva a captura do voto pela força do poder econômico, tratado como mercadoria e visto por alguns eleitores como a possibilidade de vantagem individual. Isso contribui para que se opte por representantes que desconhecem os problemas e demandas do lugar.

Os resultados eleitorais demonstram as escolhas contraditórias, muitas vezes antagônicas, entre os membros escolhidos para o poder executivo e o poder legislativo. Assim, o voto para definição dos membros das casas parlamentares parece ser algo insignificante para um percentual importante de cidadãos.

Como resultado, a relação do governante com o parlamento tem sido desafiante, marcada por conflitos e dificuldades de construir governabilidade e viabilizar as propostas vitoriosas nas urnas. Essa relação conflituosa resulta de um débil processo que desconsidera a cidadania como potência política. Ou seja, uma cidadania que desconhece seu papel histórico no exercício da representação em que o voto se constitui a sua expressão máxima e se finda na urna.

No cenário como esse, partir para um movimento de conscientização popular da importância e significado do voto, sobretudo, para composição dos parlamentos, pode ser um passo importante para construção de poderes legislativos qualificados e escolhas congruentes com os projetos políticos vitoriosos nas urnas. As discrepâncias entre um tipo de preferência (executivo) e outro (legislativo) estão, em grande medida, relacionadas com o desconhecimento do voto como vetor de transformação. A opção por um projeto político parece indicar que o representante do executivo por si só implementará todo o prometido na campanha. O eleitor tem sistematicamente sido levado a acreditar que a vontade do governante será suficiente para fazer as mudanças urgentes e atender as demandas que a sociedade necessita.

As campanhas eleitorais privilegiam as disputas executivas, sendo comumente apresentadas com retóricas personalistas dos candidatos, sejam para prefeitos, governadores ou presidente, do tipo: “no meu governo...” ou “eu vou fazer...”. Essa postura passa a imagem de autossuficiência do executivo para o eleitor que as promessas serão rapidamente efetivadas após a posse.

Enquanto na Colômbia os componentes do Congresso Nacional são escolhidos dois meses antes da eleição presidencial, no Brasil, Peru e Chile tanto os representantes dos executivos quanto dos legislativos são definidos no mesmo processo eleitoral. Nesses casos, tem se deixado em segundo plano a votação parlamentar, fazendo com que o eleitor passe a não acreditar na importância do voto para definição dos parlamentos.

De modo que o descumprimento das promessas leva ao descontamento com a política e cria uma apatia da participação nos pleitos eleitorais. Além do mais, desgasta o governante que, sem base de apoio parlamentar descaracteriza seu programa em nome da governabilidade.

A presidenta Dilma Rousseff reeleita no Brasil, em 2014, defendendo um programa de centro-esquerda tentou angariar o apoio da direita conservadora, especialmente no Congresso Nacional, ao escolher um economista liberal para comandar a economia do país, alterando profundamente o programa eleito.

Esse pragmatismo não alcançou o apoio que se esperava da direita e ainda perdeu anuência de setores significativos dos eleitores, principalmente da esquerda. Assim, com ausência de amparo na sociedade e no parlamento, a presidenta foi vítima de um processo de *impeachment*[20] sem crime de responsabilidade juridicamente comprovado.

Portanto, a estratégia mais usada de conquista da governabilidade tem sido a do presidencialismo de coalizão, associando-se às forças políticas ideologicamente antagônicas ao projeto eleito. Para isso, se faz alterações significativas no plano de governo para obtenção de

20 Algo semelhante havia ocorrido em 2012, contra o presidente Fernando Lugo no Paraguai, além do golpe civil-militar em Honduras (2009), contra o presidente Manuel Zelaya.

apoios e, ao mesmo tempo, que insere novos personagens na administração pública através de cargos, bem como a liberação de recursos financeiros que interessam aos parlamentares.

Essa estratégia entrava as tomadas de decisão e execução das políticas públicas que buscam alterar significativamente a vida das pessoas. Em vista disso, as experiências progressistas recentes no continente latino-americano têm explicitado os limites dessa democracia de representação.

Um caminho a ser utilizado para tentar se livrar dessas amarras institucionais poderia ser a convocatória da cidadania para se pronunciar nas ruas e pressionar os congressistas de seus países a atenderem suas demandas. A construção da governabilidade por esse método, requer muito trabalho de organização e constante sentido de luta, o que torna uma construção desafiante e ao mesmo tempo desgastante.

Gustavo Petro na Colômbia vem tentando superar o pragmatismo do presidencialismo de coalizão ao convocar os cidadãos a apoiarem as reformas para qual foi eleito. Essa estratégia parte da compreensão de que a consolidação da democracia com justiça social terá que ser buscada, conquistada e não será fruto de concessão. Embora ainda não tenha conseguido respaldo suficiente na sociedade, conforme as pesquisas de avaliação do governo e tampouco no parlamento, tem sido aberto um canal importante para dar voz a cidadania.

O cenário de escolhas eleitorais contraditórias resulta da ausência de uma educação política que comece na escola desde os primeiros anos de estudo e mostre os caminhos que levem a construção da cidadania. Essa formação passaria pelo conhecimento da política e do funcionamento da institucionalidade preconizada pelo modelo de representação.

Seria importante um tipo de reforma política que disciplinasse as organizações partidárias no sentido de reduzir a fragmentação partidária. No Brasil, que conta com 29 partidos registados no Tribunal Superior Eleitoral e 23 com representação no Congresso, tem sido tentado algumas medidas para coibir os efeitos colaterais da fragmentação através da cláusula de barreira (em que o partido deve conseguir pelo menos 5% dos votos válidos em 9 estados da federação) além da formação das federações partidárias, em que os partidos podem se unir como uma coligação, mas precisam se manter juntos como um só partido em todo período do mandato para qual foram eleitas. Contudo, tais medidas se mostram até aqui insuficientes para construção de uma base parlamentar fiel ao projeto de executivo preferido pela maioria dos eleitores.

Tendo em vista esse quadro, seria importante ainda considerar uma alteração nos procedimentos eletivos, separando o voto para o poder executivo do voto para o legislativo, ou seja, presidente, governadores e prefeitos poderiam ser definidos num pleito distinto dos membros dos poderes legislativos nos três entes da federação. Esse tipo de mudança poderia qualificar a formação dos parlamentos, uma vez que haveria espaços para o debate acerca do voto para o legislativo e poder-se-ia reafirmar para os eleitores a sua importância na política.

No entanto, parece evidente que a engrenagem institucional do padrão democrático-representativo foi pensada para garantir os privilégios de uma elite política e econômica historicamente beneficiada com esse paradigma. Assim, qualquer proposta que tente reduzir

minimamente os privilégios de sempre, sofrerá oposição sistemática do campo tradicional/ conservador que defende a manutenção do *status quo* a qualquer custo.

Isso pode ser comprovado pela reação da ala conservadora da sociedade colombiana, apoiada pela grande imprensa, que tem ocupado as ruas de várias cidades do país contra o governo e suas reformas.

Mesmo que a divisão tradicional de poderes aponte para hipertrofia do Executivo, verifica-se um crescente empoderamento do Legislativo que tem a prerrogativa de chancelar os projetos do executivo. A não compreensão dessa realidade política aliada a desvalorização do voto para componentes dos parlamentos vem construindo as tempestades perfeitas para minar os projetos que geram expectativas e esperanças na sociedade.

Percebe-se, portanto, que os projetos progressistas correm o risco de desmoralização junto aos eleitores em virtude dos entraves institucionais que se mantém a despeito da comprovação de suas limitações e ineficiência. Isso pelo fato de as organizações partidárias progressistas chegarem ao governo, mas o poder continuar nas mãos das elites.

Ao perdurar os mesmos canais e procedimentos que esvazia a cidadania, os governos progressistas continuarão como reféns de uma governabilidade inexistente. Além do mais, pode beneficiar as correntes negacionistas da extrema-direita que se mostram como novidade e atuam para conservar o status quo, aprofundando-o.

Os pactos e arranjos democráticos entre os grupos privilegiados têm servido para perpetuar os problemas reais. Assim, quanto mais a democracia não consiga resolver os problemas da sociedade surgirão políticos autoritários que colocarão em risco a própria institucionalidade.

Há ainda inabilidades de governantes como Castillo e Boric, que fragilizam as relações políticas (Peru) ou esvaziando sua potência (Chile). Como efeito colateral, nem sempre os eleitores entenderão o emaranhado de limitações ao mesmo tempo que os desafios de sustentação do governo se tornam cada vez mais emblemáticos.

Nessa perspectiva, um projeto progressista, mesmo que seja moderado ou de centro-esquerda (Brasil, Chile e Colômbia), não tem como prosperar na sua essência, tampouco um mais radical, como foi incialmente proposto por Pedro Castillo no Peru. Contudo, o Chile, Colômbia e Brasil, não estão livres de fatos similares aos ocorridos no Peru.

A esperança de uma América Latina que supere os desafios e construa um futuro mais justo, equitativo e participativo, depende dos compromissos entre os governos progressistas, a sociedade civil e seus representantes. Entretanto, as obstruções vividas por esses governos deixam o futuro em aberto.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Entre a governança administrativa e a governabilidade política: uma perspectiva histórica das reformas administrativas no Brasil. **Revista Gestão e Controle**, ano 1, n. 1, p.15-52, jan./jul. 2013.

AMARAL, Roberto. O presidencialismo emparedado. **Pátria Latina**, 26 mai. 2023. Disponível em: https://patrialatina.com.br/o-presidencialismo-emparedado/. Acesso em: 30 mai. 2023.

AVALLE, Gerardo. Gobernabilidad y gobiernanza: enfoques en tensión. **Estúdios Políticos**, Medellin, n. 66, p. 28-47, ene-abr. 2023.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BITAR, Sergio; MÁTAR, Jorge; MEDINA, Javier. **El gran giro de América Latina**: hacia uma región democrática, sostenible, próspera e incluyente. Cali: Programa Editorial Universidad del Valle, 2021.

BEHNKE, Emilly. Lira dá voto de confiança a Lula e Câmara aprova MP da Esplanada. **Poder 360**, 31 mai. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/congresso/camara-aprova-mp-dos-ministerios-depois-de-atritos-com-planalto/. Acesso em: 01 jun. 2023.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa**: por um direito constitucional de luta e resistência – por uma nova hermenêutica – por uma repolitização da legitimidade. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

BUBOLA, Emma; GLATSKY, Genevieve. ¿Qué pasa en Perú? Ocho claves sobre la agitación política en Perú. **The New York Times**, 09 dic. 22. Disponível em: https://www.nytimes.com/es/2022/12/09/espanol/crisis-peru-castillo.html. Acesso em: 20 abr. 2023.

CADAHIA, Luciana; ALLEN, Nícolas. Gustavo Petro partiu para ofensiva na Colômbia. **Jacobin Brasil**, 19 mai. 2023. Disponível em: https://jacobin.com.br/2023/05/gustavo-petro-partiu-para-a-ofensiva-na-colombia/. Acesso em: 30 mai. 2023.

CALDERÓN CASTILLO, Javier; RUBIÑOS CEA, Simón. Colombia: instalación del Congreso de la República – Gobernabilidad para el acuerdo Nacional. **CELAG**, 25 jul. 2022. Disponível em: https://www.celag.org/colombia-instalacion-del-congreso-de-la-republica-gobernabilidad-para-el-acuerdo-nacional/. Acesso em: 20 abr. 2023.

_____; PASCUAL, Sergio. Las dificultades para el cambio en Colombia. **CELAG**, 06 mai. 2023. Disponível em: https://www.celag.org/las-dificultades-para-el-cambio-en-colombia/. Acesso em: 15 mai. 2023.

CELAG – CENTRO ESTRATÉGICO LATINOAMERICANO DE GEOPOLÍTICA. **Chile**: o resultado das eleições. 23 nov. 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/chile-o-resultado-das-eleicoes/. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **Perú**: informe postelectoral. 08 jun. 2021. Disponível em: https://www.celag.org/peru-informe-postelectoral/. Acesso em: 15 abr. 2023.

_____. **Claves para entender el conflito político en Peru**. 13 dic. 2022. Disponível em: https://www.celag.org/claves-para-entender-el-conflicto-politico-en-peru/. Acesso em: 15 abr. 2023.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COLOMBO, Sylvia. Novo presidente do Chile não terá maioria no Congresso. **Folha de São Paulo**, 23 nov. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/11/novo-presidente-do-chile-nao-tera-maioria-no-congresso.shtml. Acesso em: 15 abr. 2023.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Tradução: Beatriz Sidou. Brasília: Editora UNB, 2016.

FAGUNDES, Murilo; SOARES, Gabriella. Senado aprova MP da Esplanada no limite do prazo. **Poder 360**, 01 jun. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/congresso/senado-aprova-mp-da-esplanada-no-limite-do-prazo/. Acesso em: 01 jun. 2023.

FORGERINI, Fernanda. A favor das reformas sociais Petro pede luta permanente dos colombianos. **Brasil de Fato**, 02 mai. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/05/02/a-favor-das-reformas-sociais-petro-pede-luta-permanente-dos-colombianos. Acesso em: 15 mai. 2023.

GALINDO, Karol. Marchas de la oposición: los mensajes al presidente Gustavo Petro después de las protestas. **Noticias RCN**, 20 jun. 2023. Disponível em: https://www.noticiasrcn.com/colombia/los-mensajes-a-petro-por-marchas-de-la-oposicion-448338. Acesso em 23 jun. 2023.

GARCÍA-DURAN, Mauricio (ed). **De la insurgencia a la democracia**: estúdios de caso. Bogotá: Cinep/Berghof, 2009.

GARCÍA AGUDELO, Mateo. Se acabó caolición del Gobierno con liberales, conservadores y de la U. **El Tiempo**, 26 abr. 2023. Disponível em: https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/gustavo-petro-dice-que-la-coalicion-de-gobierno-en-el-congreso-se-acabo-762773. Acesso em: 15 abr. 2023.

GONÇALVES, Marina. Após várias derrotas e sem apoio no congresso Boric dá guinada ao centro e flerta coam direita na questão migratória. **O Globo**, 14 mai. 2023. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/05/apos-varias-derrotas-e-sem-apoio-no-congresso-boric-da-guinada-ao-centro-e-flerta-com-a-direita-na-questao-migratoria.ghtml. Acesso em: 30 mai. 2023.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. El Estado y la política. *In*: **América Latina, hoy**. Cidade de México: siglo XXI, 2007, p. 64-122.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Quando as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, Karine. O que você sabe sobre a crise política no Peru? **Politize**, 10 mar. 2023. Disponível em: https://www.politize.com.br/crise-politica-no-peru/#:~:text=O%20Peru%20vem%20enfrentando%20uma,2022%20e%20in%C3%ADcio%20de%202023. Acesso em: 15 abr. 2023.

MÁTAR, Jorge. **La gobernabilidad democrática como respuesta efectiva y perdurable a los desafios de América Latina**. Estocolmo: IDEA Internacional, 2021.

MELLO, Michele. Presidente peruano Pedro Castillo abandona o partido Peru Libre. **Brasil de Fato**, 30 jun. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/30/presidente-peruano-pedro-castillo-abandona-partido-peru-livre. Acesso em: 15 abr. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Coligações em eleições proporcionais e o sentido da representação. *In*: KRAUSE, Silvana; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Coligações e disputas eleitorais na Nova República**: aportes teórico-metodológicos, tendências e estudos de caso. São Paulo: UNESP, 2017, p. 21-37.

MONTEIRO, Maurício Gentil. Como funciona o centrão e seu papel na política brasileira. **Universidade Tiradentes - UNIT**, 12 mai. 2021. Disponível em: https://portal.unit.br/blog/noticias/como-funciona-o-centrao-e-seu-papel-na-politica-brasileira/. Acesso em: 30 mai. 2023.

MONTES, Rocío. Direita do Chile obtém a maior representação no senado desde o retorno à democracia. **El País**, 23 nov. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/internacional/2021-11-23/direita-do-chile-obtem-a-maior-representacao-no-senado-desde-o-retorno-a-democracia.html. Acesso em: 15 abr. 2023.

OROZCO, Ricardo. Peru: el martírio de Pedro Castillo. **Nodal Notícias**, 17 dic. 2022. Disponível em: https://www.nodal.am/2022/12/peru-el-martirio-de-pedro-castillo/. Acesso em: 15 abr. 2023.

PIOVESAN, Eduardo; VITAL, Antônio. Câmara aprova projeto que suspende trechos de decretos de Lula sobre saneamento. **Agência Câmara de notíciass**, 03 mai. 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/958306-camara-aprova-projeto-que-suspende-trechos-de-decretos-de-lula-sobre-saneamento. Acesso em: 15 mai. 2023.

QUISPE MAMANI, Edgar. Corrupción, conflictos y crisis de gobernabilidad democrática en Puno, Perú. **Trabajo y Sociedad**, n. 37, p. 419-437, 2021. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8016341. Acesso em: 15 abr. 2023.

ROCHA, Daniel. Arcabouço aprovado na Câmara: mudanças no texto agradaram o mercado? **Estadão**, 24 mai. 2023. Disponível em: https://einvestidor.estadao.com.br/mercado/arcabouco-fiscal-aprovacao-na-camara-mercado/. Acesso em: 30 mai. 2023.

RODRIGUES, Mateus; LIMA, Kevin. Seja Lula ou Bolsonaro, próximo presidente terá que negociar com 1/3 da Câmara para ter maioria. **G1**, Brasília, 07 out. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/07/bancadas-eleitas-no-congresso-hoje-nao-dao-maioria-a-lula-ou-bolsonaro-e-eleito-tera-de-negociar-entenda.ghtml. Acesso em: 07 abr. 2023.

ROJAS ARAVENA, Francisco. Democracia y gobernabilidad en América Latina. **Papeles**, n. 86, p. 109-120, 2004.

RUBIÑOS CEA, Simón. Chile a un año de Gobierno de Gabriel Boric. **CELAG**, 11 mar. 2023. Disponível em: https://www.celag.org/chile-a-un-ano-de-gobierno-de-gabriel-boric/. Acesso em: 07 abr. 2023.

SAAVEDRA, Frank. Reforma a la salud aprobó el final de las EPS: que pasará con esas entidades. **INFOBAE**, 19 mai. 2023. Disponível em: https://www.infobae.com/colombia/2023/05/19/reforma-a-la-salud-aprobo-el-final-de-las-eps-que-pasara-con-esas-entidades/. Acesso em: 30 mai. 2023.

VIEGAS, Camilla. Boric completa um ano de governo com reformas travadas e crise de segurança pública no Chile. **RFI**, 11 mar. 2023. Disponível em: https://www.rfi.fr/br/podcasts/linha-direta/20230310-boric-completa-um-ano-de-governo-com-reformas-travadas-e-crise-de-seguran%C3%A7a-p%C3%BAblica-no-chile. Acesso em: 07 abr. 2023.

VINHAL, Gabriela. Senado aprova texto-base do novo arcabouço fiscal com mudanças. **UOL**, 21 jun. 2023. Disponível em: https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/06/21/senado-arcabouco-mudancas-camara.htm. Acesso em: 24 jun. 2023.